A informação como troca na construção da realidade cotidiana[1]

Marcilene Forechi[2]
Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Resumo

O presente artigo busca refletir sobre o papel do jornalismo como "inventor de realidades" e a sua importância como instância formadora de hábitos, costumes e modos de agir e pensar. Proponho, ao justapor e unir jornalismo e educação, refletir sobre a forma como jovens de classes populares se posicionam frente à sua "realidade", tendo como um dos principais formuladores dessa dita realidade a invenção do mundo produzida cotidianamente nos meios de comunicação. E, a partir dessa reflexão, compreender o jornalismo em sua interação com o sujeito/receptor num processo em que o sujeito/autor não se configura na totalidade da manifestação discursiva. Esse texto integra o quadro teórico da pesquisa Educação, Violência e Comunicação, que conta com apoio do CNPq.

Palavras-chave: Educação; Jornalismo; Juventude.

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.
[2] Formada em Comunicação Social, graduação Jornalismo, e em 1995, pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Exerceu em empresas de comunicação os cargos de repórter, redatora e editora. Atuou como professora dos cursos de Jornalismo da Ufes, como professora-substituta, e das Faculdades Integradas de Vitória (Faesa). Foi assesora de Imprensa de órgãos públicos e empresas privadas. Prêmio Capixaba de Jornalismo em 1996. Autora de artigos publicados no Observatório da Imprensa.

Apresentação

Os fetiches da verdade, da objetividade e da imparcialidade dos fatos, cultivados pelo jornalismo, fazem com que a credibilidade atribuída à notícia interfira na formação da sociedade, na medida em que a mídia contribui para a produção individual e coletiva de conhecimentos. A verdade para o jornalismo se refere à ação entre o acontecimento e a sua narrativa, sendo, portanto, uma face do real observada num dado momento, em determinadas circunstâncias e de acordo com orientações pessoais e profissionais do observador.

O processo de produção da notícia e sua publicação só podem ser compreendidos a partir de critérios que dizem respeito tanto às rotinas impostas aos profissionais que captam, selecionam e narram os fatos, quanto às mudanças ocorridas no mundo atual, entre elas o predomínio das novas tecnologias e a transformação das empresas de comunicação em grandes conglomerados de mídia. A questão que me inquieta a ponto de me fazer enveredar pelo caminho que une, ou superpõe, jornalismo e educação, é como as pessoas se posicionam frente à realidade, tendo como um dos formuladores dessa dita realidade, a "invenção do mundo", produzida cotidianamente, nos meios de comunicação.

Ao contrário do que pode parecer a observadores desatentos, a invenção a que me refiro não remete a mentiras ou inverdades. A invenção de realidades a que o jornalismo se propõe leva a realidades construídas a partir do olhar parcial do jornalista, que produz recortes e narra os fatos, e do olhar do leitor/telespectador/ouvinte, que, ao tomar conhecimento desses fatos, apreende seu significado e confere a ele novos sentidos de acordo com suas vivências e com seus contextos.

Ao tratar determinados assuntos, entre eles a violência, como meras sucessões de casos; ao descontextualizar os temas, como quando trata de juventude; e ao propor associações superficiais, como o caso da violência e da pobreza; o jornalismo contribui, de certa forma, para que verdades sejam legitimadas. Jornalismo e educação, portanto, na perspectiva desse trabalho, se apresentam como faces de uma mesma moeda, na medida em que o jornalismo é tomado como um campo formador e a educação é vista sob uma perspectiva ampla, que inclui os processos sociais, culturais e políticos.

No desenrolar desse trabalho, sugiro algumas conexões entre jornalismo e educação e, a seguir, a partir de uma pesquisa feita pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), proponho uma reflexão sobre a produção da realidade pelo jornalismo, entendido como um campo formador e mediador da realidade.

Jornalismo como campo formador

As mudanças ocorridas nas diversas instituições da sociedade no século XX provocaram mudanças no cenário político e econômico e afetaram, de maneira muito visível, o campo da educação. Houve, de forma contínua e progressiva, um processo de sucateamento das escolas públicas aliado ao aumento da oferta de matrícula tanto na rede pública quanto na rede privada. Observa-se também um processo que pode ser chamado de "desqualificação e perda de autoridade do professor". Essas mudanças e outras vinculadas aos novos processos produtivos, às leis do mercado e à queda das fronteiras – que alterou a visão espaço-temporal das pessoas –, provocaram transformações nos modos de vida e nas relações sociais. Novos valores – consumo, competitividade, autonomia, individualismo, entre outros – fizeram com que surgissem novas formas de socialização na vida moderna.

A família, que até bem pouco tempo atrás, tinha um papel importante no processo de socialização, principalmente nos primeiros anos de vida, deixou de se mostrar influente e parceira na escola nesta tarefa. A escola, por sua vez, não consegue cumprir integralmente seu papel de agente socializador (TEDESCO, 1995). O motivo poderia estar em dois principais fatores: um deles, segundo aponta Tedesco (1995), é o caráter hierarquizante e seqüencial sobre os quais a escola moderna foi concebida; o outro, as novas formas de socialização que foram e estão sendo incorporadas no mundo contemporâneo. Neste processo é possível destacar o avanço da tecnologia e as comunicações.

Uma das críticas ao caráter hierarquizante e seqüencial da escola tem sido a impossibilidade de competir com os meios de comunicação, que, ao informar, desconsideram posição social ou faixa etária. Seria possível afirmar, portanto, que no processo de socialização os jovens tomam de empréstimo dos meios de comunicação

muito do que aprendem e apreendem dentro e fora da escola, sem que essas aprendizagens estejam contempladas pelos currículos oficiais ou normativos. Sem condição prévia para esta tomada de empréstimo, tudo nos meios de comunicação está disponível o tempo todo para qualquer um que tenha acesso à tecnologia.

Mais que tecer considerações sobre a perda ou não do papel socializador da escola e discutir se os meios de comunicação são ou serão, a médio ou longo prazo, capazes de substituí-la, importa neste trabalho a reflexão sobre a impossibilidade de se desconsiderar, dentro ou fora da escola, o papel formador que os meios de comunicação, em especial o jornalismo, exercem sobre as pessoas, principalmente sobre os jovens. Dessa forma, torna-se fundamental considerar o jornalismo como um campo formador e educativo na medida em que se configura como instância legítima para informar sobre os fatos que ocorrem na sociedade. E, uma vez detentor dessa legitimidade, informa aquilo que se configura na "realidade" que será vivenciada ou buscada pela sociedade.

Os processos educativos envolvem leituras do mundo, diretas ou indiretas, que, por sua vez, envolvem processos mediadores[3]. Mediação pode ser entendida como aquilo que se "costura" nessa passagem de um lugar ao outro e não apenas como aquilo que permite ir de um lugar ao outro. Pode-se dizer que as pessoas fazem leituras a partir de suas vivências, de suas realidades e de seus contextos. Dessa forma, uma mensagem não pode ser decodificada sem que haja interferência dos elementos constitutivos do sujeito que as decodifica e as ressignifica em seu cotidiano. Ao apreender os fatos tomados como a realidade parte-se de uma perspectiva que abraça fatores mais subjetivos que objetivos e nega uma manipulação meramente intencional e unilateral.

Ao tomar o jornalismo como campo formador, parte-se da compreensão da educação como um dos processos formativos que ocorrem no meio social e que é perpassado por diversos outros campos que se interconectam e se entrelaçam. Libâneo (2000) sugere que devemos considerar a educação em duas modalidades – educação intencional e

[3] Utilizo a definição de Severino (2002, pg.44) para o termo mediação. Segundo o autor, o significado básico do termo é ser a instância que relaciona objetos, processos ou situações entre si; a partir daí, o conceito designará um elemento que viabiliza a realização de outro e que, embora seja distinto dele, garante a sua efetivação, dando-lhe concretude. Assim, para o autor, o ensino, embora não sendo a educação (formal), possibilita a prática real desta, que, sem o elemento mediador, seria uma entidade abstrata.

educação não-intencional – e que devemos compreendê-la a partir da sua determinação pelas relações sociais vigentes em cada sociedade. Esse ponto de vista surgiu das mudanças na forma de se encarar os processos educativos, não mais como agentes isolados e individuais, e da ampliação da perspectiva educadora.

> Num sentido mais amplo, a educação abrange o conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social. (...) Os valores, os costumes, as idéias, a religião, a organização social, as leis, o sistema de governo, os movimentos sociais, as práticas de criação de filhos, os meios de comunicação social são forças que operam e condicionam a prática educativa. A despeito desse grande poder dessas influências, boa parte delas ocorre de modo não-intencional, não-sistemático, não planejado. (LIBÂNEO, 2000: pg. 87).

No campo da educação informal é possível afirmar que vários quadros institucionais competem na sua capacidade de oferecer modelos de "normalidade" social, regras de convivência, tomada de posições políticas, princípios orientadores de conduta. Tudo isso, segundo Libâneo (2000), repercute no desenvolvimento da personalidade. Com essas afirmações, ainda que não de forma direta, acho possível trazer à discussão a possibilidade do jornalismo ter se constituído, na atualidade, em uma das principais fontes de elementos para a compreensão e organização do mundo. E desta forma, se constituir em um elemento fundamental na representação que os indivíduos fazem da realidade.

Jornalismo e produção de sentidos

A produção jornalística, de acordo com Costa (2002), passou a representar um capital cultural de interesse ampliado, cotidiano e fundamental nas relações entre pessoas, grupos sociais, culturas e civilizações. O autor afirma que a prática do jornalismo acarreta mudanças no estatuto da percepção e inteligibilidade, com sua capacidade de apreensão de realidades longínquas, "reelaboradas pelas condições da narrativa e dos recursos técnicos". Ao mesmo tempo em que o jornalismo se configura explicitamente em representação do real, ele não deixa de ter seu caráter de ficção, uma vez que é produzido de acordo com padrões de normatização, que de certa forma, dão corpo e forma aos fatos.

Pedro Goergen[4] lembra que o jornal exerce uma função mediadora entre o leitor e a realidade e que esta, antes de ser apresentada, foi selecionada, lida, interpretada. Segundo ele, algo é retirado de um determinado contexto, moldado e transferido para um outro, no qual ganha novos sentidos e relevâncias.

> [a mídia] Tornou-se um instrumento precioso que povoa nosso dia-a-dia, que nos educa a todos e que ninguém pode dispensar. Ao mesmo tempo é um chão minado. Devemos pisá-lo com cuidado e consciência pelos perigos que espreitam em seus subterrâneos. Para evitá-los há apenas um caminho: saber das minas, ter consciência dos mecanismos, saber interpretar os signos, os sentidos que estes mecanismos expressam e transmitem. (COSTA, 2002: pg. 3-4).

Soares (2002) aponta que a credibilidade atribuída à notícia como recorte do real, como informação precisa sobre os acontecimentos, interfere na formação do educador, na medida em que a mídia contribui para a produção individual e coletiva de conhecimentos na sociedade globalizada. Se é possível afirmar que a mídia interfere na formação do educador, é possível também afirmar que ela irá interferir na formação do educando. Igual posicionamento tem Reis (2002) ao afirmar que "a mídia e o jornalismo não são apenas observadores; são criadores de mundos". O jornalismo, portanto, como campo social[5] estaria inserido dentro de uma rede de instituições, entre elas a escola e a família, capazes de intervir contínua e espontaneamente no dia a dia das pessoas. É, na visão de Rodrigues (1990), a ação legitimadora dos campos sociais que dita a maior parte das normas da conformidade social que constituem o espaço público.

Ao tomar a imprensa como criadora de mundos e como "instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social", nega-se a perspectiva que a toma como transmissora imparcial e neutra de acontecimentos. (REIS, 2003).

> Cabe ainda acrescentar que é cada vez mais notório o poder que a mídia impressa exerce na formação da opinião ou no forjar de fatos e a sua interpretação constitui-se em

[4] O autor escreveu o prefácio do livro de Costa (2002).
[5] Um campo social, segundo Rodrigues (1990), é uma instituição social, uma esfera de legitimidade, que impõe atos de linguagem, discursos e práticas dentro de um domínio específico.

um poderoso instrumento de intervenção na vida social, a ponto de ser qualificada de "um quarto poder". (REIS, 2003: pg. 17).

O jovem além do boletim de ocorrência

O estudo Balas Perdidas[6], desenvolvido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), apresenta algumas conclusões que dizem respeito ao segmento inserido na faixa etária considerada adolescente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[7]. Entre as conclusões apontadas está a de que a violência não é tratada como fenômeno social pelos meios de comunicação, mas como uma mera sucessão de casos[8]. Os boletins de ocorrência (BOs) dominam a pauta dos noticiários diários e o tema é tratado como caso de polícia, tendo como principais fontes delegados, policiais e familiares das vítimas ou dos agressores. De todo o material analisado[9] na pesquisa, pôde-se constatar que 80% das matérias surgiram a partir dos BOs. Constatou-se ainda que 80% das inserções apresentaram enfoques descritivos dos crimes e menos de 8% descreveram as causas do ato violento, sendo que um terço dos 8% apresentaram algum tipo de solução ou apontaram algum caminho para resolver o problema.

A pesquisa realizada pela Andi aponta os três mitos existentes na imprensa sobre juventude e violência que povoam o imaginário da sociedade: hiperdimensão da delinqüência, periculosidade e impunidade. Esses mitos, por serem repetidos e nortearem as coberturas jornalísticas, diz a pesquisa, acabam por contribuir para moldar formas de pensar e de agir dentro da sociedade.

[6]**BALAS PERDIDAS**. Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Pesquisa realizada pela Agência Nacional dos Direitos da Criança (Andi) no período de 1º de julho de 2000 a 30 de junho de 2001.

[7] Para o ECA, é adolescente quem tem entre 12 e 18 anos.

[8] As conclusões e recomendações do estudo Balas Perdidas encontra-se no capítulo 5 (pg.30). "(...) A quantidade de reportagens descritivas oferecida cotidianamente ao leitor indica que ele está sendo informado pela metade. Quando muito. Isso acontece porque as reportagens, salvo honrosas exceções, são: desprovidas de contextualização; não investigam as causas da violência; não procuram pelas soluções; priorizam a descrição dos atos violentos, o que as imagens da TV podem fazer com mais competência (ainda que seja igualmente desnecessário); transformam o fenômeno social da violência em casos de polícia; a imprensa vira porta-voz das delegacias e os boletins de ocorrência se tornam fontes prioritárias dos jornalistas; não responsabilizam o poder público, porque raramente é procurado; não cobram a ausência de políticas públicas. (...) Este rol de vícios alimenta um tipo de reportagem descomprometida com a mudança social. Um jornalismo que faz da crueza descritiva um fim em si mesmo."

[9] Foram analisados dois grupos de reportagens: infância e adolescência nos jornais e suplementos e revistas para adolescentes. No primeiro caso, foram analisadas 14.905 mil inserções do tema violência envolvendo crianças e adolescentes, em 46 jornais de 26 estados do Brasil. No segundo caso, foram analisadas 10.940 reportagens dos diversos temas abordados nas publicações.

Levadas em consideração as informações dos jornais diários, não se tem a dimensão da violência que de fato atinge crianças e adolescentes no Brasil, é outra conclusão da pesquisa. Reforçando o mito da periculosidade, a pesquisa constatou que 30% das reportagens sobre violência envolvendo adolescentes referem-se a casos de homicídios. Os furtos aparecem em apenas 2% das inserções. O mito do hiperdimensionamento decorre da descontextualização das notícias sobre criminalidade. Os adolescentes são responsáveis por 10% do total de delitos praticados e cerca de 60% deles ocorrem sem ameaça de violência. A falta de contexto, no entanto, oferece uma realidade parcial, que poderia ser chamada de falsa.

Outro dado que merece atenção é que o tipo de violência que mais atinge jovens entre 15 e 25 anos é a do trânsito, mas no dia a dia dos jornais, reportagens sobre esse assunto aparecem em 7,1% do total analisado. Comparado com a cobertura de homicídios, 30%, é natural que haja por parte da sociedade um superdimensionamento da periculosidade do adolescente. As conclusões da pesquisa da Andi apontam caminhos para uma reflexão sobre o papel da imprensa como mediadora e inventora de realidades. Realidades que interferem, direta ou indiretamente, na formação dos jovens e na sua participação na sociedade.

Em uma pesquisa intitulada "A destruição do espetáculo – a contribuição dos jovens para reinventar a sociedade além da sala de aula", Silva, aponta como o cotidiano social é significativo na formação política e cultural de jovens estudantes. Ele toma como ponto de partida para a realização dessa análise[10] as comemorações dos 500 anos do Brasil, que, segundo ele, teve na mídia a sua mais forte aliada. Para o autor é por meio da mídia que se produz boa parte dos esquemas de modelização ao qual a juventude tem acesso. O interesse dele com esse trabalho é captar de que maneira essa cultura foi apresentada de forma hegemônica para os jovens.

Seguindo um percurso dividido em três tópicos, o autor leva o leitor a refletir sobre o símbolo criado pela Rede Globo para o evento – o relógio que marcou o tempo para o

[10] A pesquisa teve como estratégia entrevistas feitas com estudantes do ensino médio, de uma escola pública de Goiânia, que não participaram do ato público de 19/04/00, além de entrevistas com os presidentes e alguns membros das entidades representativas dos estudantes no Estado de Goiás: União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), que participaram da manifestação acima mencionada.

início das comemorações–, sobre o projeto do governo federal de transformar uma data histórica em espetáculo e sobre o que chama de memória social dos jovens, incorporada pelas culturas hegemônicas.

Apesar de não fazer referências explicitas à participação dos meios de comunicação como inventores de realidades ao darem corpo ao espetáculo, Silva (2004) parece sugerir isso na medida em que afirma ser a mídia uma das reprodutoras dos esquemas de modelização seguidos por jovens. Nesse sentido, pode-se dizer que a realidade das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil não teria se convertido no espetáculo e colocado o Brasil no centro das atenções do mundo, por meio de uma jogada de marketing que transformou uma data em um símbolo, se não fosse a atuação da mídia.

Silva (2004) afirma que as memórias que chegam ao imaginário popular e, também, aos jovens estudantes são abastecidas de intenções diversificadas, justificando os desejos de grupos sociais e econômicos distintos na constituição de seus interesses. Segundo ele, o cotidiano das pessoas se enriquece de novas dimensões com o papel que a informação e a comunicação assumiram em todos os aspectos da vida social.

O psicanalista Jurandir Freire Costa[11] afirma que a sociedade brasileira vive uma crise moral, na qual as pessoas querem o prazer material a todo custo e não se importam com o outro. Para ele, os valores de antes, como honestidade, integridade e honra, não têm mais sentido, prevalecendo hoje o desejo de se obter sucesso e a valorização por quem alcança esse sucesso, importando pouco ou nada a forma como se atingiu o podium. Costa afirma que a mídia é grande colaboradora para esta crise moral, com o mecanismo da isenção, que torna tudo igual. Além disso, ele aponta a enxurrada de informações a que as pessoas são submetidas na sociedade contemporânea, que provocam um efeito cumulativo sem que haja tempo para a reflexão. O processo, como uma espiral, permite que o excesso de informação acabe por levar à desinformação. (MARCONDES FILHO, 2002).

[11] Professor titular do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em etnopsiquiatria, na Sorbone, Paris, em entrevista à revista IstoÉ, nº 1836, 15/12/2004 (p. 13).

A forma como o discurso sobre juventude se materializa na imprensa, consumida direta ou indiretamente, irá produzir sentidos, interpretações, construções e idealizações sobre o que é e como se vive a juventude na sociedade, retratada pelos meios de comunicação. Talvez seja possível afirmar que a realidade chega a esses jovens das periferias, oriundos de classes populares, de forma fragmentada e por delegação. Como num jogo de sombras, o que se mostra é apenas a parte de um todo, que se deixa insinuar nas entrelinhas das mensagens jornalísticas. Há um modelo de jovem, para o bem ou para o mal, que emerge desse jogo de sombras e que acaba se tornando um ideal a ser perseguido ou um titã a ser derrotado.

É o jornalismo que fornece, nos dias atuais, boa parte dos elementos necessários para a compreensão e organização do ambiente no qual o sujeito se encontra inserido. Isso significa que selecionar temas considerados importantes, transformá-los em notícias e levá-las ao público é uma delegação dada pela sociedade ao jornalismo. Mas não se deve pensar que o jornalismo age sozinho nessa construção cotidiana da realidade; deve-se ter em mente que o público participa de forma ativa, num processo de interação em que a notícia é apenas um dos elementos no processo de construção dessa realidade[12]. O pesquisador colombiano Germán Franco Díez[13], coordenador do projeto "Muchachos a lo bien", realizado com adolescentes da periferia de Medellín alerta para a tendência de se construir conceitos e imagens a partir do que é mais visível. Segundo ele:

> "(...) fazemos formulações teóricas a partir de certas maneiras de ser de alguns. O mal dessa atitude está no fato de que nos fixamos na forma, no superficial. Vê-se os jovens como objeto de estudo e, a partir de uma observação, se generaliza. Este enfoque se esquece de duas coisas essenciais: estamos observando seres humanos e não objetos de estudo e, por outro lado, ao generalizar a partir de seres mais chamativos excluímos meninos e meninas que seguem por aí, na vida cotidiana, que muitas vezes não usam piercing ou modas estranhas". (apud REMOTO CONTROLE, pg. 35).

O alerta do pesquisador colombiano para a forma de encarar os jovens na hora de fazer pesquisa, pode ser deslocado para a forma com a imprensa trata o jovem de classes

[12] Marcus Antônio Assis Lima "Jornalismo e construção de futuros", artigo disponível na Biblioteca on line de Ciências da Comunicação (**www.bocc.ubi.pt)**
[13] DÍEZ, Germán Franco. LONDOÑO, Catalina María Villa. LALINDE, Adriana Medina. Evaluación de Impacto en Televisión – El caso de muchachos a lo bien. Fundación Social, 2003.

populares, moradores de bairros considerados violentos por causa do número de ocorrências policiais. Também no jornalismo a tendência é generalizar a partir do que é mais visível. E o fato da sociedade saber pouco sobre os jovens e considerá-los seres desprovidos de sentido social contribui para as generalizações e para as distorções, que irão refletir, de alguma forma, na formulação de políticas públicas para este segmento da sociedade.

A pesquisadora Márcia Mereuse[14] acredita que a visão que a sociedade tem do jovem está muito associada à visão da psicanálise, que universaliza, naturaliza e patologiza a abordagem da adolescência, fazendo crer que se trata apenas de um período marcado por conflitos e por um interesse especial pelas questões ligadas à sexualidade. Mereuse também aponta a mídia como uma das responsáveis por difundir conceitos e imagens a respeito da juventude junto à sociedade. A visão estereotipada que se forma no imaginário das pessoas reforça determinados padrões de ser regidos em grande parte por valores de consumo. Isso, segundo ela, contribui para a exclusão dos que não têm acesso a esses bens ou produtos.

> "Não se reconhecendo dentro dos padrões, ele [o jovem] constrói uma percepção negativa de si. A busca de uma aproximação com os modelos presentes na mídia transforma-se em objeto de desejo, por seu valor estético ou de consumo, podendo gerar frustração e revolta e desencadear desajustes de naturezas diversas. Essa condição tem sido uma das principais causas de atos violentos". (apud REMOTO CONTROLE, pg. 45).

De acordo com o coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)[15], Itamar Silva, a juventude no Brasil é negra e pobre. Ele, que participou da Conferência Internacional sobre Jovens Urbanos em Risco, em 2004, na cidade mexicana de Monterrey, disse que na percepção social os jovens são apontados como responsáveis pela violência e também como vítimas dela[16]. Os dados, segundo ele são

[14] Psicóloga e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas sobre Infância, imaginário e comunicação da Universidade de São Paulo (USP).
[15] O Ibase, criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã.
[16] As declarações foram dadas em entrevista à jornalista Flávia Mattar, na página do Ibase, no dia 22 de outubro de 2004, sob o título Jovens, espaço urbano e violência.

significativos. Uma pesquisa de 1995, feita pelo Banco Interamericano, revelou que 29% dos homicídios na América Latina envolveram jovens de 10 a 19 anos. A conferência também abordou a relação entre a imprensa, a mídia e os jovens. Entre outros assuntos, discutiu-se a forma como os sinais negativos em relação a jovens pobres são articulados na mídia com os jovens negros, pobres e índios. Essa mesma mídia, por outro lado, aponta uma juventude branca, de classe média, idealizada, fundada no padrão de consumo, que passa a ser a referência de juventude. Esse debate, segundo o coordenador, chamou à responsabilidade os meios de comunicação pela construção que faz da percepção da violência e também da percepção de que o jovem pobre que mora nas periferias é o principal agente da violência.

Para não falar em conclusões

Entendendo que a formação das pessoas ocorre em diferentes instâncias, em diferentes momentos e em contextos distintos, proponho refletir sobre a questão da formação dos jovens das classes populares a partir dessas percepções, construções e idealizações que a imprensa faz deles. É possível afirmar que o eixo central dessa pesquisa é a educação na medida em que, ao tratar da relação entre juventude, jornalismo e violência, é esse campo (educação), socializador por excelência, que surge como pano de fundo e, ao mesmo tempo, como cenário principal, ao ser perpassado e interpenetrado pela comunicação.

A grande dificuldade metodológica a ser ultrapassada no decorrer desse trabalho foi distanciar e definir qual a interferência do jornalismo como produtor de significados, uma vez que ele não é o único e os sentidos que se formam individualmente não podem ser determinados por um único fator ou agente. A alternativa, uma das tantas colocadas, foi realizar um confronto entre as diversas perspectivas de juventude apresentadas pela imprensa e a visão que os jovens têm do assunto. Como o objetivo é tratar de percepções e construções de realidade, fica clara perenidade das respostas encontradas, que poderão ser outras em outros momentos e uma vez que mudem os cenários e os atores envolvidos.

Referências

BALAS PERDIDAS. Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Pesquisa realizada pela Agência Nacional dos Direitos da Criança (Andi) no período de 1º de julho de 2000 a 30 de junho de 2001.

COSTA, Berlarmino César Guimarães da. Estética da Violência. Jornalismo e produção de sentidos. Campinas: Autores Associados; Piracicaba: Editora Unimep, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. O espelho e a máscara. O enigma da comunicação no caminho do meio. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí: Editora Unijuí, 2002. (A comunicação I).

REIS, Ruth de Cássia dos. Local e global: o jornalismo no tempo das trocas. Rio de Janeiro-UFRJ/ECO, 2002.

REIS, Carlos Eduardo dos. Violência escolar. A perspectiva da Folha de São Paulo. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

REMOTO CONTROLE: linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes/ (coordenação Veet Vivarta). São Paulo: Cortez, 2004. Série Mobilização Social.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Estratégias de comunicação. Questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação, sujeito e história. São Paulo: Olho d'Água, 2002.

SILVA, G. M. V. L. A destruição do espetáculo – a contribuição dos jovens para reinventar a sociedade além da sala de aula - *Revista da UFG, Vol. 6, No. 1, jun 2004 on line (www.proec.ufg.br).*

SOARES, Maria da Conceição Silva. Com calma e com jeito... como jornalistas se formam professores. Dissertação de Mestrado. Vitória: Ufes/PPGE, 2002.

TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. Tradução: Otacílio Nunes. São Paulo: Ática, 1995.